



ARTIGO

“Investigações revisionistas queer”/ cu-ir - [letramento e formação para (re)pensar o pensamento]

Cu-ir/ “queer revisionist investigations”/- [literacy and training to (re)think thought]

Ismar Inácio dos Santos Filho

ismarinacio@yahoo.com.br

Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, AL, Brasil

Resumo

Este texto discute a proposição de “investigações revisionistas queer”, a partir de McBeth (2019), sobre letramento queer/cu-ir. Traça uma trama de diálogos desse estudo com outros textos, de modo a construir uma problematização sobre a cultura americana em gênero e sexualidade, e educacional e estatal, no século XX e início do século XXI, para refletir sobre a relação sujeitos queer, seus descontentamentos e a proposição de estudos queer/cu-ir. Situa a discussão em sua relação com a oferta, em 2023, da disciplina Linguística Queer (LQ), no curso de Letras (UFAL-Campus do Sertão), e aponta links estabelecidos. Aventura outras possibilidades de reflexão sobre estudos queer/cu-ir em terras brasileiras. Por fim, é marcado o caráter dos sujeitos e estudos queer/cu-ir no contexto americano e do mesmo modo a perspectiva nômade desses saberes, e incursões suas no Brasil. O ensaio oferece uma reflexão acerca da LQ como componente curricular na formação docente, uma tendência de seu fundo teórico-conceitual e possíveis implicações na formação profissional (e pessoal), para fazer (re)pensar o pensamento, desaprender o aprendido, participando, assim, de investigações (revisionistas) queer/cu-ir. Há diálogos com Butler (2002), Bretas (Enciclopedia, 2021), Louro (2004a; 2004b), Lucchesi (2020), York (2022) e Romero (2016), dentre outras reflexões.

Palavras-chave

Sujeitos Queer. Linguística Queer/ Cu-Ir. Letramento Queer/Cu-Ir.

Abstract

This reflection discusses the proposal of “queer revisionist research”, based on McBeth (2019), on queer/cu-ir literature. Constrói a plot of dialogues from studies with other texts, in order to construct a problematization about American culture in gender and sexuality, education and state, in the XX century and in the beginning of the XXI century, to problematize the relationship between queer subjects, their discontents and the proposal of queer/cu-ir studies. Place the discussion in its relationship with the offer, in 2023, in the Queer Linguistics discipline (LQ), in the Literature course (UFAL-Campus do Sertão), establishing links between them. It opens up other possibilities for reflection on queer/cu-ir studies in Brazilian lands. It marks the character of two subjects and queer/cu-ir studies in the American context and likewise a nomad perspective of knowledge, and its incursions in Brazil. This essay offers a debate about LQ as a curricular component in teacher training, a tendency towards its theoretical-conceptual foundation and possible implications in professional (and personal) training, to

Linguagem em Foco

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 06/07/2024

Aprovação do trabalho: 25/04/2025

Publicação do trabalho: 30/09/2025



10.46230/lef.v17i1.13515

COMO CITAR

FILHO, Ismar Inácio dos Santos. “Investigações revisionistas queer”/ cu-ir - [letramento e formação para (re)pensar o pensamento. **Revista Linguagem em Foco**, v.17, n.1, 2025. p. 55-43. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagemfoco/article/view/13515>.

Distribuído sob



Verificado com



(re)think or think, unlearn or learned, thus participating in (revisionist) queer/cu-ir research. Texts by Butler (2002), Bretas (Encyclopedia, 2021), Louro (2004a; 2004b), Lucchesi (2020), York (2022) and Romero (2016) are mobilized among other reflections.

Keywords

Queer Subjects. Linguistics Queer/ Cu-ir. Queer/Cu-ir Literacy.

Introdução

É certo que a Universidade não pode se omitir às questões de gênero e sexualidade no Brasil, que vive em uma espécie de “ditadura cis-heteronormativa” – parafraseando e atualizando Colling (2015) – em específico não podem ignorar essa cultura os cursos de formação docente. Assim, precisamos encontrar possibilidades de ofertar lições de gênero e sexualidade humanizadas, de modo a instrumentalizar docentes para tratar e enfrentar, em suas práticas didático-pedagógicas, de maneira crítica, a retórica do ódio e as práticas de violência contra sujeitos LGBTQIAPN¹, bem como as práticas de violência contra as mulheres e as pessoas negras – numa cultura fortemente cissexista² e racista – de modo a participar da construção de outro mundo possível. É nesse sentido que a disciplina *Linguística Queer* é ofertada no curso de Letras-Língua Portuguesa, na UFAL-Campus do Sertão, instituição localizada no alto sertão alagoano, desde sua inserção no projeto curricular desta licenciatura em 2013, de modo a formar para a queerização/cu-irização das práticas de linguagem, para a queerização/cu-irização da vida e da política, inspirada em/ afetada por posturas queer/cu-ir, no ativismo e na academia, no sentido de dessacralizar e transgredir gestos, formas, comportamentos, afetos, corpo e sexo, em atitudes inconformadas, conforme Sierra (2015).

-
- 1 LGBTQIAPN+ é uma sigla que se refere a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, queers, ou genderqueers, intersexos, assexuadas, pansexuais e não-bináries. É de uso corrente na mídia e na produção acadêmica nos últimos anos no Brasil, como tentativa de atualizar siglas anteriores como GLS e LGBT, por exemplo, por expressar uma compreensão mais ampla acerca da diversidade de gêneros e sexualidades.
 - 2 O sexismo é uma ideologia patriarcal para a qual os sujeitos são definidos a partir da genitália, característica que definiria as pessoas de maneira binária (homem e mulher), com a perspectiva de que o masculino é superior ao feminino, tal como aprendemos em Tiburi (2018), incorrendo na misoginia, a raiva e a agressão contra o feminino. No entanto, a partir das críticas transfeministas, passamos a renomear o termo de “cissexismo”, de modo a evidenciar que não há uma essência (biológica) nas pessoas que se reconhecem no masculino ou no feminino, a partir da designação de gênero com base nos órgãos genitais. Essa renomeação tem o objetivo de desnormalizar essas identidades, fazendo entender que são uma construção socio-discursiva, assim como as identidades trans-. Sobre a “cismotividade”, e o cissexismo, podemos aprender com Stona e Carrion (2021).

No entanto, é importante destacar que tais lições no referido curso não se restringem a estudos nesse componente curricular, pois entendemos gênero e sexualidade como temas transversais, tais como propostos nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (Brasil, 1998), com caráter interseccional, e que, assim, podem e devem aparecer em quaisquer estudos acerca da língua(gem), tal como em aulas de *Morfologia*, de *Linguística Aplicada* e de *Didática*, por exemplo. No curso de licenciatura mencionado, há também a disciplina *Atividade de Curricularização da Extensão 4* (ACE 4), na qual explicitamente os estudos recaem sobre a interface “linguagem, gênero e sexualidade”, pensada na formação e nas práticas docentes de Língua Portuguesa.

Nas aulas de ACE 4, em 2022.1, ofertada em semestre anterior à oferta de *Linguística Queer*, na qual uma versão desta escrita circulou, foi estudada a cultura de gênero e sexualidade no Brasil, com foco nas práticas de linguagem, problematizando o discurso cis-heteronormativo e o discurso de revide, na formação docente e em livros didáticos, estabelecendo diálogos com professoras e professores de Língua Portuguesa do quadrilátero sertanejo, mais especificamente do alto sertão alagoano, de modo a entender seus posicionamentos acerca da temática nas/para aulas de Língua Portuguesa. Acerca desse contexto, é relevante considerarmos que no imaginário social a paisagem sociocultural (e também geomorfológica e climática) sertaneja-nordestina ainda é pensada como uma “máquina de produzir macho” (Albuquerque Jr., 2010), e que, portanto, rejeita os “homens moles” e sensíveis, desprezando o que é pensado como fuga da normalidade.

Nesse contexto curricular, e em diálogo com o contexto sócio-histórico territorial, para os estudos em *Linguística Queer* – que é aqui o nosso interesse, em 2022.2 ocorridos no primeiro semestre letivo de 2023, no referido curso – iniciamos, então, as reflexões com as ideias de Mark McBeth, com o capítulo *Teacher Teacher – Queer Literacies in K-16³*, no livro *Queer Literacies – Discourses and Discontents*, obra publicada em 2019, por The Rowman e Littlefeld Publishing Group In. Esse texto se tornou importante nessa iniciação aos estudos queer, neste curso de graduação de formação docente, porque permite que conheçamos o contexto sociocultural do século XX nos Estados Unidos acerca da cultura de gênero e sexualidade, em específico no contexto escolar, de modo a compreendermos os movimentos e os estudos queer – e nesses a proposição de “investigações revi-

³ Para a disciplina, foi produzida uma versão didática traduzida livremente em língua portuguesa, como material para o referido componente curricular, sem fins de publicação ou divulgação.

sionistas queer”/cu-ir, a partir da pesquisa realizada por esse professor-pesquisador, um homem gay branco americano e com cerca de 60 anos (quando da publicação do livro), que no capítulo estudado realiza as seguintes ações discursivas:

- i. narra o seu contexto escolar na década de 1970, na condição de um “menino queer”, para discutir acerca de “estudantes queer” e sua relação com o contexto escolar;
- ii. problematiza de maneira crítica a formação docente de uma de suas professoras primárias, que o havia acusado em frente à sala, na quarta série, de traição de gênero;
- iii. aborda o surgimento de associações de docentes gays, na década de 1970, que exigiam especificações do sistema educacional, inicialmente em Nova York, exigindo um currículo com outra imagem das “pessoas queer”, no sentido de tratar desinformações e pôr fim à intolerância; e, posteriormente,
- iv. fala sobre associações de estudantes de graduação que objetivavam também mudar o discurso e o conhecimento sobre a experiência dos “sujeitos queer”.

Assim, ao longo do primeiro bloco de estudos da disciplina *Linguística Queer* no curso de Licenciatura em Letras (já mencionados), as ideias de McBeth (2019), relacionadas à discussão de Walsh (2019), em publicação jornalística; e aos estudos de Santos Filho (2020b), mais imediatamente, e a Romero (2016), Lucchesi (2020), Louro (2004a; 2004b; Sesc, 2015) e York (2022), posteriormente (mas, não só), possibilitaram construir uma compreensão mais alargada sobre os “estudos queer” que se desenvolveram lá no contexto norte-americano, aventando possibilidades de fazer pensar os sentidos de queer/cu-ir aqui, no contexto brasileiro. Entretanto, o foco é o caráter histórico. Esse é também o grande objetivo desta escrita, de modo a contribuirmos com os estudos de uma *Linguística Queer*, e mais imediatamente dar uma resposta à questão “Que contribuições a formação docente em Letras pode dar para a reconfiguração social?”, que surge a partir da minha atuação como docente, em específico na disciplina anteriormente citada, como formação para a resistência, para os contradiscursos.

Nesse intuito, passo neste ensaio, então, a abordar as discussões de McBeth (2019) e o diálogo que foi costurado no componente curricular com outros textos e outro(a)s pesquisadores/pesquisadoras. A discussão aqui construída não

visa à tematização da prática didático-pedagógica no componente curricular cidadão, mas, a abordar conceitualmente estudos queer, de modo a compreendermos a proposição de “investigações revisionistas queer”, conforme já anunciamos desde o título, traçando, entretanto, o percurso realizado na disciplina acadêmica citada, em 2022.2. Essa estratégia didático-textual pode ser importante para dar a conhecer um pouco do fundo teórico-conceitual que alimentou as problematizações na formação docente nesse item curricular, numa das etapas dos estudos. A reflexão está subdividida em dois tópicos, em que, inicialmente, discutimos sobre queer enquanto sujeitos e seus descontentamentos e, partir daí, a respeito da urgência de investigações revisionistas queer, problematização que, no segundo tópico, é desenvolvida.

1 Queer – sujeitos, descontentamentos e investigações revisionistas

Nessa discussão, inicialmente, cabe uma observação quanto ao uso da palavra queer: ao usar aqui as expressões “pessoas queer”, “sujeitos queer”, “crianças queer”, “estudantes queer” e “meninos queer”, ou mesmo só “queer”, estou reportando (e enquanto grafia) me filiando ao posicionamento adotado por McBeth (2019), o de se referir aos sujeitos considerados desviantes em gênero e ou sexualidade, no contexto do século XX nos Estados Unidos, como “sujeitos queer”, posição de se referir a pessoas que não estavam em conformidade aos padrões socioculturais de gênero e sexualidade, que eram consideradas desobedientes e, portanto, consideradas anormais, como “sujeitos queer”. Se queer era/é uma palavra para produzir um xingamento⁴, conforme aprendemos em McBeth (2019) e Santos Filho (2020b), os usos por McBeth (2019) vão na direção de, na contemporaneidade, ao olhar para o passado, nomear gays, lésbicas, pessoas trans, bissexuais etc. como queer, não como um xingamento, mas com orgulho dos modos de ser e de viver desses sujeitos, mesmo que, lá no passado, queer atuasse com a força de uma interpelação normativa, nas ideias de Butler (2002) e Santos Filho (2020b). O professor-pesquisador americano, nesse seu gesto linguístico-discur-sivo, que é político, está atendendo ao chamado queer, o de reconhecimento como “estranho”.

Na contemporaneidade, no Brasil, a preferência pelas expressões “comu-

3 Tal como vimos no filme *Stonewall: Onde o orgulho começa*, também material de estudos no componente curricular já citado, a palavra faggott, sinônimo de queer, foi proferida como ofensa contra Danny, um jovem rapaz gay, branco, estudado, numa cidade do interior dos Estados Unidos, na década de 1960.

nidade queer" e "pessoas queer", pelo jornalista Douglas Roehrs⁵, em 2023, por exemplo, ao fazer uma crítica ao governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, político brasileiro gay, de perspectiva assimilacionista, ajuda-nos a esclarecer o posicionamento de Mark McBeth. Para o jornalista mencionado, o seu uso de "queer" para adjetivar sujeitos LGBTQIAPN+ se dá porque esse vocábulo ressignifica um termo que antes era usado para machucar, passando, assim, a ter um peso político. Sua escolha linguístico-enunciativa atende também ao chamado queer, mesmo que seu descontentamento, sua raiva, não seja a mesma raiva do contexto norte-americano do final do século passado, quando se iniciaram mais fortemente os movimentos queer no ativismo e nos estudos acadêmicos. Conforme argumentou uma estudante da disciplina, em uma atividade escrita, quando problematizávamos os sentidos de queer, a raiva de Roehrs é daqui, é brasileira; é contemporânea. Essa estudante de Letras sugeriu ainda que a palavra "transviad@", conforme Bento (2017), talvez fosse mais adequada ao nosso contexto, em referência aos sujeitos. Concordo com a aluna. No entanto, o uso de queer por Roehrs, e por McBeth (2019), é político, não gratuito, não neutro, ou seja, não é simplesmente para nomear sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade como se queer marcasse uma identidade, em caráter essencialista. Marca, sim, uma "identidade", mas necessariamente política!

Com esse posicionamento pelo uso da palavra queer em nomeação aos sujeitos dissidentes, em sua crítica à formação docente norte-americana daquele contexto, na primeira metade do século XX, McBeth (2019) informa que, desde o início daquele século, havia por docentes patrulhamentos de "infrações" de gênero e de sexualidade, decorrentes da noção de normalidade, considerada uma característica de um indivíduo pensado como "estável". Dada a reforma educacional progressista americana, conforme explica, a normalidade era uma condição de uma boa higiene social, com a qual a escola deveria se preocupar, coagindo as pessoas desobedientes, coagindo as pessoas queer, por exemplo. A educação deveria atuar para reproduzir o comportamento normativo e para reabilitar quem minava as normas socialmente aceitas. Tais ideias e autoridade pedagógicas, expressas em livros que atuavam na formação docente, entendiam que o comportamento humano era de base biológica. Esse "bioconhecimento"⁶

5 Reportagem disponível em [https://www.brasildefctors.com.br/2023/01/17/artigo-eduardo-leite-nao-faz-parte-da-comunidade-lgbtqia](https://www.brasildefectors.com.br/2023/01/17/artigo-eduardo-leite-nao-faz-parte-da-comunidade-lgbtqia).

6 Para MCBeth (2019), o "bioconhecimento" é um termo acadêmico (à época, mas não só), que diz da compreensão sobre os sujeitos a partir da ordem do saber pela Biologia.

sustentava (e se assegurando) a higiene social, mantendo a eugenio (a seleção) e a eutenia (o melhoramento do humano), atuando, dentre outros aspectos, sobre o comportamento considerado anormal e sobre hábitos sexuais julgados perversos, identificando falhas e quem falhava.

McBeth (2019) conta que, nesses parâmetros sócio-pedagógicos, o letramento e o numeramento excediam o básico, pois havia lições性uais e de gênero, já que não só a sintaxe gramatical das frases era ensinada, por exemplo. Nesse sentido, a escola se tornava um espaço de aprendizagem de autorrepressão, de monitoramento do que entendiam como indiscrições em certas atividades de gênero e de certo aprendizado sociopolítico sobre a masculinidade e a feminilidade. Todavia, existia o descontentamento, o desgosto, frente a essa situação. O autor diz que, mesmo tendo ficado em silêncio, quando criança, quando foi acusado por uma professora sua de traição de gênero, por brincar no intervalo com as meninas, tinha muito a dizer. Argumenta que tinha muitos gritos na cabeça, reclamações de um mundo inabalável, cheio de regras heteronormativas e de planos de jogo homofóbicos. “Escutemos” McBeth (2019):

Alguém poderia argumentar que ela havia me silenciado, mas isso simplifica demais o silêncio que prevalecia naquela sala de aula. Enquanto eu permanecia de boca fechada e mal humorado na superfície, **por dentro eu tinha muito a dizer. Quando criança, eu me lembro de ter muitos gritos na minha cabeça, reclamando de uma visão de mundo inabalável do que significava ser um menino, pessoas constantemente me lembrando de como eu fazia algo errado** (McBeth, 2019, p. 93-94. Grifos nossos).

O descontentamento de pessoas queer, tal como o do garoto queer Mark McBeth, é o que, certamente, deu impulso à *Revolta de Stonewall*, levante que ocorreu em 1969 promovido por pessoas trans, gays, lésbicas, pessoas queer, contra uma batida policial, em Nova York, marcando aí uma ruptura com a política passivo-pacífica na luta por direitos queer, conforme assistimos no filme já mencionado e de acordo com as informações de Walsh (2019), ao discutir os 50 anos desde esse acontecimento marcante. Inaugurava-se ali um modo de reivindicar direitos que não se firmava na luta por meios legais, chegando inclusive a usar o confronto para promover reformas. Para esse jornalista, organizações de pessoas queer anteriormente prepararam o terreno, mesmo não sendo radicais. Dali em diante o terreno foi também preparado, chegando a movimentos como o *Queer Nation* (Romero, 2016) e o *Bash Back* (Lucchesi, 2020), por exemplo.

Para Walsh (2019), a Revolta de Stonewall tinha sido preparada por insatisfação, tristeza e revolta com as políticas anti-homossexuais dos militares e do Red Scare, por exemplo, e por descontentamentos com lutas de direitos pautados no *Gay is Good*, um projeto de lutas em perspectiva assimilacionista. Entretanto, nasceu com o motim em Greenwich Village o direcionamento para o que foi posteriormente compreendido como sendo uma “política pragmática e radical” na luta por “direitos” queer, tal como pode ser entendida em trechos do Manifesto Queer Nation, abaixo, em tradução de Romero (2016),

Ser queer não é sobre um direito à privacidade; é **sobre a liberdade de ser público**, de simplesmente sermos quem somos. Significa enfrentar a opressão diariamente: homofobia, racismo, misoginia, a intolerância dos hipócritas religiosos e o nosso próprio desprezo (Fomos cuidadosamente ensinados a odiar a nós mesmas). E agora, é claro, significa combater um vírus também, e todos aqueles homofóbicos que estão usando a AIDS para nos varrer da face da terra (Romero, 2016, p. 3-4. Grifos nossos).

Quando voltamos às décadas de 1960 e 1970, entendemos que há um “princípio” dessa política pragmática radical, podendo, então, compreender, a partir de McBeth (2019), a postura das associações de docentes e de discentes queer na luta por direitos, que não pediam tais direitos, mas os exigiam. Prestar atenção aqui ao verbo “exigir” é de fundamental relevância. Na verdade, não exigiam “direitos” no sentido de prerrogativas que uma lei faculta. Problematizavam os modos de vida em sociedade.

1.1 Letramento queer e um “futuro queer melhor”: investigações revisionistas queer

Nesse sentido, é importante considerarmos que, ao exigirem direito ao trabalho, à legitimidade de seu estilo de vida, às contribuições culturais e epistêmicas, ao ensino e ao aconselhamento abertos sobre vidas queer e a anúncios de que a pessoa queer tem orgulho de si, esse ativismo docente e acadêmico queer construía também um caráter epistemológico sobre a vida queer, sobre a vida de modo geral. Esse caráter de produção de conhecimento, de saberes queer, estava germinando ao serem problematizadas as situações enfrentadas, ao objetivarem tornar possível viver com orgulho e sem medo como docentes “gays”, ao visarem ao bem-estar de estudantes queer e ao discutirem a respeito da ne-

cessidade de informações outras sobre estilos de vida queer. Falavam, inclusive, em um “vernáculo novo”⁷, na formação de docentes, para reensinar ao sistema educacional e ao público mais amplo sobre a comunidade queer.

Tal como informa McBeth (2019, p. 117), “O GTA [a Associação de Docentes Gays] forneceria o acesso às práticas de letramento queer que criaram esses momentos de ensino queer”. Esse letramento queer, promovido pelas associações de docentes e de discentes, firmou-se também no universo acadêmico quando grupos de pessoas queer altamente letradas visaram a construir um “futuro queer melhor” (McBeth, 2019, p. 118), ao construir alianças de letramento queer, combinando seus estudos acadêmicos. Esses estudos, como nos apresenta McBeth (2019), criaram no final da década de 1970 uma rede crítica de construção da memória coletiva queer, de modo a abordar o medo, a hostilidade e a rejeição que enfrentavam no espaço acadêmico. Propuseram-se a trabalhar em torno dos estudos de pessoas queer, compartilhando e colaborando a partir de tópicos interdisciplinares queer.

Essa discussão se faz relevante para que possamos ampliar o entendimento de que o queer teria sua origem apenas no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Assim, cabe aqui uma observação: para Bretas (Enciclopédia, 2021), as bases do queer estão nas escritoras lésbicas feministas. Logo, para ela, pensar o queer é pensar em feminismo queer. Esse diálogo pode render uma oportuna reflexão, noutro momento.

Nessa trama político-epistemológica, podemos entender que o ativismo queer e os esforços de pesquisar sobre queer se imbricaram, de modo a tornar os estudos sobre sujeitos dissidentes mais frontais na academia. Tais estudos objetivavam interpretar o passado queer, compartilhar o presente e moldar coletivamente o futuro, podendo aí descobrir histórias, tradições literárias e pontos de entrada sociológicos que pudessem permitir novas definições e novas interpretações, explica-nos McBeth (2019). Entretanto, vale chamar a atenção para o fato de que, conforme esse pesquisador, nesse momento buscaram tom e postura sóbrios, no que se refere ao registro tradicional da escrita acadêmica; buscaram a voz tradicional e o rigor dos padrões acadêmicos, mas não seu conteúdo canônico, aquele da tradição heterossexualista. Todavia, não se pretendiam assimi-

7 “Vernáculo novo” está para a ideia de que naquele contexto se fazia importante inclusive que novos termos pudessem ser usados, ou construídos, para dizer das vidas queer, a exemplo da reconfiguração linguística que vem ocorrendo no Brasil, em termos morfossintáticos, na referência e nomeação de pessoas consideradas dissidentes de gênero e sexualidade.

lacionistas e, assim, enfrentavam o bioconhecimento para reinterpretar a vida. Enfrentavam a paixão pela ignorância acadêmica e seus métodos de pesquisa distorcidos, conforme esse pesquisador. De acordo com ele,

(...) Em busca de autodefinição e interpretações divergentes, (...) identificariam as possibilidades de pesquisa queer que foram negligenciadas, ignoradas e encobertas por heterocêntricos e homonegadores e as trariam para a superfície homotextual de suas **investigações revisionistas queer** (McBeth, 2019, p. 120. Grifos nossos).

Como podemos compreender, dos silenciamentos, dos descontentamentos pelos sofrimentos como pessoas queer, das raivas sentidas e das ações ativistas, os sujeitos queer chegaram às “investigações revisionistas queer”. Se no processo de luta inicialmente esses sujeitos considerados dissidentes em gênero e sexualidade se afastaram da noção de *Gay is Good* e se organizaram em torno do *Gay Power*, passaram posteriormente ao contexto de um refluxo conservador, no contexto da AIDS/HIV, à autodenominação, no coletivo, de “Queer”, nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, no ativismo e nos estudos acadêmicos, em perspectiva de afronta, de revide. Para Santos Filho (2020b), nesse momento histórico, de pânico sexual, instituído pela ideia de que a AIDS era uma doença de pessoas queer – tal como vimos em Romero (2016) – a vida queer foi novamente repatologizada, agora por uma dimensão epidemiológica, tal como argumenta Miskolci (Sesc, 2015). O queer passou a ser visto como a condição e ao mesmo tempo uma ameaça de contágio do HIV. O queer era pensado como a causa e a manifestação dessa enfermidade, conforme problematiza Butler (2002), citada por Santos Filho (2020b). O artigo de opinião “A peste e a culpa”, publicado na revista *Veja*, em 14 de agosto de 1985, em nosso país, já argumentava que “A AIDS ameaça fazer voltar a um tempo de trevas em que mais do que a doença se combatiam os doentes” (*Veja*⁸, 1985a, p. 68). Esse texto opinativo compõe um bloco textual em que há a reportagem “Um nó nos costumes”, que afirma no *lead* que “O medo do vírus começa a alterar comportamentos e a contaminar a sociedade como um todo” (*Veja*, 1985b, p. 64).

Nesse contexto de forte preconceito no contexto americano (e também no brasileiro contra gays, lésbicas e travestis), o ativismo queer e os estudos queer passaram da defesa das identidades e da exigência de “direitos” à crítica das

8 Os referidos textos, publicados na edição mencionada, não apresentam autoria. Por esse motivo, estão sendo referenciados pela menção à própria revista *Veja*.

normas sociais de maneira mais contundente, na construção de um grande ato performativo insurgente, que bradava “*We’re queer, we’re here!*”. Conforme compreendemos com a filósofa queer Judith Butler, está na base desse ato desobediente a estratégia de apropriação da palavra e do discurso que os repudiavam. Se a sociedade usava a nomeação queer para insultar sujeitos dissidentes dos padrões heteronormativos, cis-heteronormativos, esses sujeitos nomeados passaram a se reconhecer como “queers”, não desejando ser integrados, mas, se assumindo como corpos estranhos. Bradavam: “Eu sou queer, e daí?”. Há, do mesmo modo, a estratégia de apropriação dos processos de produção de conhecimento, visando estranhar o pensamento e os processos de sua construção.

Se considerarmos essa linha historiográfica traçada por McBeth (2019), exposta neste texto, discutida e posta em diálogos com outras produções, é possível que a disciplina *Linguística Queer* – onde inicialmente essa discussão aqui escrita foi tramada e problematizada – tenha colocado em pauta a relação entre pessoas queer, seus discontentamentos e a necessidade de saberes queer no contexto dos Estados Unidos no final do século XX e início do século XXI, e, assim, fazer entender, em terras brasileiras, em perspectiva histórica, a urgente necessidade da construção de um *letramento epistemológico queer/cu-ir*, não assimilação e em confronto ao bioconhecimento, visando um futuro queer/cu-ir melhor. É uma tentativa acadêmica de na formação docente em Letras fazer pensar os estudos queer lá e pensar possíveis deslocamentos para estudos cu-ir aqui, formando para a resistência, o revide⁹.

2 Investigações revisionistas queer – (re) pensar o pensamento

Quando dialogamos com McBeth (2019), estamos diante de uma atitude política queer, de revide, necessária lá no contexto dos Estados Unidos no final século passado e início do nosso século (urgente aqui, no contexto brasileiro na contemporaneidade?). Em continuidade às reflexões propostas, o componente curricular trouxe para a linha de discussões as ideias de Guacira Lopes Louro, pesquisadora brasileira, mulher cis-heterossexual. Para ela, em Louro (Sesc, 2015),

9 Queer/cu-ir é uma posição de revide, tal como podemos compreender em Romero (2016).

10 Mantendo a grafia queer, que está em seus textos lidos. Entretanto, cabe esclarecer que quando uso a expressão queer/cu-ir faço referência aos dois contextos, o norte-americano (ou do Norte Global) e o brasileiro (ou do Sul Global). Nesse caso, o termo “cu-ir” vem de Lewis, Borba, Fabrício e Pinto (2017), com sentidos de que há em seus usos torções, em terras brasileiras, nos sentidos de “queer” e em sua conceituação, como modo de considerar as especificidades locais nesses estudos. Mesmo assim,

a atitude queer¹⁰, tal como já a discutimos, incomodava, perturbava, provocava e ao mesmo tempo fascinava. Visa(va) à inversão do poder condenatório da palavra queer e das práticas que a sustentavam. A autora, falando a partir do nosso contexto e em diálogo com as proposições dos estudos queer, ao se questionar “Afinal, o que o queer pode dizer ou está dizendo para nós da educação?”, no I Seminário Queer, realizado no Sesc Vila Mariana, em São Paulo, argumenta que o queer como um movimento subversivo, perturbador, provoca(va) a questionar o que parece inquestionável, possibilitando ampliar, renovar e transformar o olhar sobre o sujeito de gênero e sexualidade, sugerindo outros tipos de leitura, outras ferramentas analíticas. Para ela, em diálogo com as ideias de Judith Butler, a lógica binária heterossexual, na qual não há espaços para a multiplicidade, se revela(va) aí insuficiente para a compreensão dos sujeitos que desprezam as normas regulatórias.

Para Louro (Sesc, 2015), pesquisadora em educação e nos estudos queer – relação importante, pois de alguma forma retoma a discussão sobre educação escolar, em McBeth (2019) –, o ato insurgente queer, no ativismo e no universo acadêmico, denuncia que são muitas as vidas que importam, as de seres que deslizam e que vivem na/ a ambiguidade, mas que são vidas a quem é negado o estatuto de sujeito. Para esta professora-pesquisadora, o ativismo queer e os estudos queer assumem o tom dos rebeldes, o tom não pedinte e a disposição de desconstrução do lugar de abjeção. Nessa postura queer, de desobediência, os estudos queer, conforme essa autora, ancorada nas ideias de Judith Butler, trazem à cena acadêmica o papel da linguagem, dos discursos, na constituição dos sujeitos, visto que passam a entender que as práticas linguístico-discursivas, tal como a enunciação fundante “É um menino!”, proferida no nascimento de um bebê, começam a produzir aquele ser como corpo generificado. Neste ponto da reflexão, mobilizamos para a discussão as ideias do historiador Albuquerque Jr. (2010), estudado com a turma de Letras em semestre anterior, quando argumenta que no nascimento de um bebê vozes e palavras começam a retirar aquela carne de sua condição de *vida nua*, para fazê-la adentrar ao universo dos humanos. Segundo o autor, palavras e vozes, nomeações e categorizações, começam a operar, pela “bio-lógica¹¹” de uma sociedade ocidental, de modo a não só ge-

ao mencionar pesquisadores e pesquisadoras do Brasil que usam a palavra “queer”, preferi manter a grafia tal como aparece nas obras, tal como nos textos de Guacira Lopes Louro.

11 Por “bio-lógica”, Albuquerque Jr. (2010) faz referência aos saberes de ordem biológico, tal como a noção de “bioconhecimento”, em McBeth (2019), já discutida anteriormente.

nerificar, mas a sexualizar e a racializar aquela carne, que agora se transforma em corpo: “É um menino”, “É macho!”, “É uma criança saudável”, “É uma criança normal”, “É tão branquinho!”, “É tão lindo, o nenê de mamãe!”. Assim, essas enunciações no nascimento são fundamentais na produção dos sujeitos em gênero, sexualidade, raça/etnia, estética corporal e em parâmetros corporais de normalidade. Considerando a “bio-lógica”, este último aspecto, de parâmetros corporais de normalidade, refere-se à ideia de na enunciação “É uma criança saudável”, há a inscrição discursiva de que há corpos saudáveis, considerados normais, e sujeitos que nasceria “anormais”, por apresentar alguma doença ou infermidade, ou ainda por portar alguma deficiência estrutural ou funcional do corpo.

Nessa direção de entendimento, o queer traz outros sujeitos à cena – as pessoas dissidentes em gênero e em sexualidade, em outras condições de precariedade, em raça/etnia, por exemplo – mas, de acordo com Louro (Sesc, 2015), promove uma subversão muito maior, em perspectiva de radicalidade, que é a de (re)pensar o próprio pensamento, no sentido de romper com a lógica dominante, de questionar a lógica da cultura heteronormativa¹², de questionar o que se conhecia e o modo como se conhecia, ou se desconhecia, de questionar os limites do conhecimento, no sentido de que há coisas e sujeitos que são pensáveis na cultura heteronormativa e coisas e sujeitos que estão para o impensável, sendo, portanto, negados e ignorados. Nesse sentido, o queer está para o desassossego.

Nessa consideração, podemos pensar que as investigações revisionistas queer, da década de 1970, conforme nos apresentou McBeth (2019), se potencializaram e se radicalizaram, tornando-se o que Paul Preciado (citado por Santos Filho, 2020b) denomina de “teoria dos perversos”, dos que não têm teoria, dos despossuídos, dos anormais, ou denominadas de “baixa teoria”, por Halberstam (2020), na qual o conhecer e o não conhecer se imbricam de maneira caótica.

Nessa linha de pensamento, em Romero (2016), os planfletos do Manifesto Queer Nation, que circularam em Nova York, em 1990, na Parada do Orgulho Gay, nos dão o tom do queer naquele contexto. Apresentam-se como um exército de amantes, para não poder perder, que não está reivindicando o direito à privacidade, mas a liberdade de ser sujeito público, enfrentando a homofobia, o

12 Tal como Colling (2015), a cultura heteronormativa é, na verdade, uma ditadura heteronormativa, porque impõe como parâmetro de corpos vivíveis a sexualidade heterossexual, negando outras formas de se reconhecer e de se relacionar afetivo-sexualmente. Atualmente, tem-se preferido a expressão “cultura cis-heterossexual”, para frisar que essa cultura é também cis-gênera, por validar apenas corpos-sujeitos que se reconhecem no gênero que foi atribuído no nascimento a partir da genitália. Sobre a cisnatividade, a discussão de Stona e Carrion (2021) contribui para um melhor entendimento.

racismo, a misoginia, a intolerância e o vírus, bem como o desprezo a si a que foram ensinados/ensinadas, tal como já lemos em citação anterior. Nesse aspecto, mandam a norma “à merda”. Têm raiva, sentem ódio, porque vivem sob um cerco heteronormativo, fundado em ataques anti-queer. Assim, não visam ser bem-comportados. Instituem, desse modo, a heterossexualidade e os heterossexuais, e as instituições que os sustentam, tais como a igreja, as forças armadas, a família, o casamento, o capitalismo, o patriarcado, por exemplo, como seus inimigos, a quem devem combater. Em um dos panfletos, afirmam:

(...) os heterossexuais dominam o mundo (...) As pessoas hétero possuem um privilégio que permite a elas fazerem o que bem quiserem e foder sem temer. Mas elas não somente vivem uma vida livre do medo, como também fazem questão de esfregá-la na minha cara. Suas imagens estão na minha TV, na revista que comprei, no restaurante onde quero comer e na rua onde eu moro (...). Os heterossexuais são o inimigo. São o inimigo quando não reconhecem a sua invisibilidade e continuam a viver e a contribuir para uma cultura que te mata. Todo dia uma de nós é levada pelo inimigo (Romero, 2016, p. 3).

Nesse sentido, conforme gritam no manifesto, cada vez que uma pessoa queer “fode”, há uma vitória queer, pois significa que está viva, que naquele dia enfrentou as normas que a querem morta. Para as pessoas queer, acordar, viver, sair às ruas e “foder” são atos de rebeldia. É nessa dimensão que justificam:

(...) escolhemos nos chamarmos ‘queer’ [porque] Usar ‘queer’ é uma maneira de lembrarmos como somos percebidas pelo resto do mundo (...) é um modo de sugerir que cerremos fileiras e esqueçamos (temporariamente) nossas diferenças individuais, uma vez que enfrentamos um inimigo comum e mais perigoso. Sim, queer pode ser uma palavra dura, mas é também uma arma sagaz e irônica que podemos roubar das mãos dos homofóbicos e usá-la contra eles [inserção minha] (Romero, 2016, p. 10).

Nesse ponto da reflexão, podemos compreender que é em seu caráter agriadoce, extravagante, frustrante e doloroso (Romero, 2016) que as investigações revisionistas queer, interpeladas pela atitude radical, se efetivam nas últimas décadas do século XX e nas décadas iniciais do século XXI nos Estados Unidos. Em Lucchesi (2020), pesquisadora brasileira, em tradução de *Queer ultraviolence – Bash Back! Anthology*, de Fray Baroque e Tegan Eanelli, de 2011, e em sua apresentação da obra, conhecemos a postura queer em sua versão *bash back*, a postura de “ultraviolência queer”, como atitude de rosnado que antecede o ataque,

como um berro de revide. Discute que os *queers* anarquistas constituem uma rede anti-hierárquica, fundada em táticas de antiopressão e de antiassimilação, já que consideram que o discurso de direitos é uma violência igual à violência antiqueer. Está para uma luta antiestatal, que desafia o coro democrático, reiterando a existência queer. São anti-heteronormativos. Queer, em sua versão *bash back*, está para uma atitude que visa ao fim da ordem, social e epistemológica, tal como está, visando ao fim da norma e do normal. Caberia neste momento uma reflexão acerca das questões jurídico-criminais que, por exemplo, em nosso país e em outros essa postura de revide pode acarretar.

Nesse sentido, a postura queer não está para um lugar estável, seguro e confortável, pois é, na verdade, um espaço de tensão. Está em movimento. É a recusa das identidades (pensadas como fixas), é uma guerra contra todas as identidades. É uma força anti-identitária. Nesse sentido, “queer é uma agregação de gente que se recusa à esperançosa inclusão” (Lucchesi, 2020, p. 4). Sendo assim, não requisita o fim de sua marginalização. Está para um querer andar juntos/juntas, ou juntas, podemos dizer em terras brasileiras. Queer não está para uma identidade apaziguada, seja no ativismo, seja na produção do conhecimento. Está para um revide direto, sem mediação, que só se torna possível com o fim da figura de vítima, a partir da recusa da condição de vulnerável. Nessa discussão, somos impelidos a pensar que tais práticas, assim como encontraram procedências no passado, reverberam e se desdobram no presente e no futuro. Lucchesi (2020) menciona, então, diversas ações queer-*bash back*, em diferentes países, a exemplo de, em 2020, na Cidade do México, Paris, Chile, Madrid, Sevilla; em 2019, Cidade do México e Madri; em 2017, Rojava; e, em 2013, no Brasil.

Em continuidade às discussões, na disciplina *Linguística Queer*, as ideias de Louro (2004a; 2004b) foram (e podem ser) bastante relevantes para (re)pensarmos sobre “estudos queer”, “teoria queer” ou “teorias queer”, como políticas de conhecimento, de modo a pensarmos e a problematizarmos estudos de uma *Linguística Queer*. Louro (2004a) se questiona se os estudos feministas, gays e lésbicos e a teoria queer estariam numa espécie de *continuum*, já que neles se nutrem teoria e política, mas existindo entre eles deslocamentos significativos. Pergunta-se ainda se seria mais adequado pensar tais campos em processos de cortes e de tensões. Argumenta que nesses estudos tem se voltado para discursos e práticas constituidoras de sujeitos e as disputas de representação, assumindo, então, o caráter de provisoriade das identidades. Por essa perspectiva, busca lidar com o local e o particular, interessada em problematizar as relações de poder,

vindas inicialmente das demandas de suas alunas em formação docente. Nesse sentido, discute que tais campo do saber, e aí os estudos queer, estão para novas políticas de conhecimento cultural, não apenas em relação a novos temas e novas questões, mas em confronto com o monopólio do conhecimento. Esclarece:

Na perspectiva queer, não se terá, propriamente, como objetivo introduzir um contra-conhecimento ou um (outro) saber que se contraponha ao saber dominante. A ambição é de outra ordem: trata-se de pôr em questão o próprio conhecimento; trata-se de fazer pensar para além dos limites do pensável. Em outras palavras, trata-se de pôr em questão o que é possível conhecer; como se vem a conhecer e, principalmente, como se vem a desconhecer alguma coisa; o que se suporta conhecer e o que se prefere ignorar (Louro, 2004a, p. 4).

Em suas reflexões, Louro (2004b) argumenta que, ao discutir o campo da educação, usualmente normalizador, seus textos carregam rastros dos estudos queer, carregam conceitos, estratégias e figuras teóricas, tal como a irreverência e a disposição antinormalizadora, que (a) ajudam a colocar em movimento o subversivo, o impensável, balançando as estabilidades e as certezas, de modo a gerar incômodos, estranhamentos. Parece-me que aqui Guacira Lopes Louro nos aponta caminhos para o queer/cu-ir em estudos nossos, como rastros da potencialidade e da insubmissão do queer, em diálogos com o local e particular. Qual é o nosso local e o nosso particular?

Nessa direção, acredito que a posição de Paul Preciado, pesquisador que se inscreve nesses estudos, ao falar para um congresso de 3.500 psicanalistas, em 2019, na França, pode ser bastante ilustrativa do que podemos (?) nomear de uma *postura queer/cu-ir* nos estudos acadêmicos em nossos dias. O texto-fala de Preciado (York, 2021), traduzido para língua portuguesa por Sarah York – que se reconhece como pai, avó, PCD e travesti, pesquisadora brasileira – em 2022, está intitulado de “Eu sou o **monstro** que vos fala” [grifo meu]. Tal como se coloca e se identifica, Paul Preciado é um homem trans, um corpo não-binário, que está diante da Escola Psicanalítica Francesa, como convidado (ou convidada?), instituição interessada em sua “transexualidade”, em um congresso para discutir e problematizar “Mulheres em psicanálise”. Já o título de sua fala é uma afronta, é uma ironia, ao que ele denomina de “pensamento dominante”, “conhecimento normativo”, de uma “sociedade heteropatriarcal”, de um “mundo patriarco-colonial”, que se realiza nas “linguagens hegemônicas” da psicologia, da psicanálise, da neurociência, como um “regime epistêmico e político”.

Ao se nomear de “monstro”, Preciado (York, 2021) coloca ironicamente em discussão os fundamentos das *ciências psi*, que sustentaram e sustentam que há uma existência natural, na masculinidade e na feminilidade – a existência de uma vida naturalizada, que garantiria uma “saúde mental”, em binariedade, o que institui e se pauta na diferença sexual. Logo, para esse pesquisador, como um *mutante*, as áreas de conhecimento já mencionadas, bem como a medicina e a psiquiatria, em seus discursos e práticas clínicas, colocam-no em posição de “doente mental”. Assim, é um monstro!

Preciado (York, 2021) argumenta que os saberes das ciências hegemônicas giram em torno do poder discursivo dos homens brancos heterossexuais e burgueses, tomados como seres universais. No entanto, para ele, esses sujeitos são necropolíticos, já que esses discursos epistêmicos e suas práticas têm o poder de decidir quem vive e quem morre. Um parêntese: Durante o processo de escrita da última versão deste texto, um rapaz foi encontrado morto, assassinado a pedradas, aqui no alto sertão alagoano. Seu algoz, um outro rapaz mais jovem, argumentou que o matou porque ele queria “pagar de franguinho” para ele, queria “dar a bunda”. Para esse sujeito que comete o crime, não há espaço com esse “tipo de pessoa”, não há diálogo, não há conversa, não há nem a possibilidade de recusas. Só a morte. A violência cometida parece perpassar entre as categorizações de normal-anormal, humano-não humano. Fecho parêntese.

Preciado (York, 2021) ironiza ao explicitar que foram os livros feministas, punks, antirracistas e lésbicos que lhe deram a força de sobrevivência, não a psicanálise ou a psicologia. Marca que foi no conhecimento dissidente que aprendeu a ver beleza além da lei do gênero, para quem esse é um regime de escravidão binária pautada na diferença sexual. Só aí, então, passou a ter raiva, que o possibilitou a desconfiar da norma, a gostar da desobediência e a repetir gestos que violam a norma. Aí, foi possível, conforme argumenta, descolonizar-se, desidentificar-se e desbinarizar-se. Ou seja, ele passou a não ter como parâmetros de vida “leis” coloniais de gênero, que são cisgêneras e binárias. Foi, então, possível para ele se desidentificar com essa ordem cis-colonial.

Conforme problematiza, encontrou, assim, uma “saída”, para o “normal” ou “saudável”. Inventou outro lugar. Em seu discurso, sustenta que não há universalidade nas narrativas dos saberes hegemônicos. Para ele, “são apenas histórias locais, histórias do espírito patriarco-colonial europeu, histórias que legitimam a posição ainda soberana do pai branco sobre qualquer outro corpo” (York, 2021, p. 293). São, para ele, narrativas elevadas à categoria de ciência, com afirmações

pautadas em uma simplificação, como diz, “grotesca”. Por isso, sustenta que:

(...) abalada por profundas mudanças, a epistemologia da diferença sexual está mudando e dará lugar, provavelmente nos próximos dez ou vinte anos, a uma nova epistemologia. Movimentos transfeministas, queer e antirracistas, mas também as novas práticas de parentesco, relações amorosas, identificações de gênero, desejo, sexualidade, nomeação são apenas indicações dessa mutação e experimentos na fabricação coletiva dessa outra epistemologia do corpo humano vivo (York, 2021, p. 304).

Em sua fala, Preciado (York, 2021) convoca ironicamente a sociedade francesa de psicanalistas, a partir de sua experiência e dos saberes que os sujeitos subordinados sexuais e de gênero produzem, a saber do que se trata a diferença sexual, de modo a reconhecer seu *status* de jaula, uma epistemologia política do corpo. Fala, então, em uma contínua transformação epistemológica. A estratégia enunciativa utilizada por Preciado (York, 2021), que pode ser acessada, vista e ouvida no YouTube¹³ é uma efetivação explícita de um rebelde, de um não pedinte, visando a (fazer) repensar o pensamento, provocando ao fim da ordem epistemológica instituída. O seu texto nas aulas de *Linguística Queer* operou também como uma estratégia didática de construir noções e práticas de atitudes epistemológicas rebeldes, em perspectiva do que foi denominado por McBeth (2019) de “investigações revisionistas queer”, que vêm se efetivando desde as décadas de 1960/70 e como foi possível costurar no primeiro bloco de estudos acadêmicos no componente curricular já referido em um curso de Letras, no conjunto historiográfico de reflexões acadêmicas intencionalmente montado, e aqui explicitado.

É importante considerarmos que, no momento de reflexão acerca da postura e das ideias de Preciado (York, 2021), linkamos à problematização o título da Aula Inaugural da Especialização em “Atendimento Clínico das Diversidades Sexuais e de Gênero”, do Instituto de Pesquisa em Psicanálise e Relações de Gênero (IPPERG), com o título “Como escutar uma pessoa cisgênera?”, que se utiliza de uma estratégia enunciativo-discursiva que põe em xeque o “sequestro” das subjetividades “monstruosas”, nos dizeres de Paul Preciado, por exemplo, por saberes pretensamente universais. Tal como informado na descrição da aula inaugural desse curso de pós-graduação¹⁴, a aula (e o título) visa a problematizar a escuta clínica numa sociedade cis-heteronormativa. Assim, de forma irônica, na inversão de lugares, propõe uma “clínica da cisgeneridade”, numa discussão me-

13 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UEkaKjUG7fY>. Acesso em: 03 mar. 2022.

14 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d-VR0rQqtr4>. Acesso em: 10 mar. 2023.

15 É relevante registrar que a turma que cursava *Linguística Queer* já havia problematizado, no semestre

diada por José Stona¹⁵.

Todo o percurso de saberes e discussões travados até aqui visa (e objetivou na disciplina na qual foram estudados e refletidos) fazer pensar acerca de sujeitos, descontentamentos e investigações revisionistas queer, lá no contexto nos Estados Unidos nas últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, bem como problematizar posturas rebeldes, queer/cu-ir, na produção do conhecimento, incluindo-as na contemporaneidade, inclusive com reflexões nossas, em terras brasileiras. A proposta didática foi a de que ao chegarem – no tópico de estudos seguinte – ao prefácio assinado por Finegan (1997), no *Queerly Phrased – language, gender, and sexuality*, de Anna Livia e Kira Hall, obra publicada em 1997, pudessem se aproximar e discutir a ideia de que uma *Linguística Queer*¹⁶ é uma área de saber nos estudos em linguagem sociolinguisticamente inovadora e que rivaliza com a Linguística Moderna e a Sociolinguística Variacionista, numa soberba queer, numa perspectiva de investigação revisionista queer nos estudos em linguagem. Participaram da reflexão também desse outro estudo as ideias de Borba (2020), linguista queer/cu-ir brasileiro, para quem a postura epistemológica queer/cu-ir desorienta sentidos e práticas estáveis, numa crítica sociocultural queer/cu-ir. Estamos interessado(a)s em construir chaves de leitura enunciativo-discursivas queer/cu-ir.

Considerações finais

Tivemos ao longo deste texto a construção de uma leitura possível acerca da relação entre sujeitos queer/cu-ir, sujeitos dissidentes em gênero e sexualidade, e em outras condições de precariedade, seus descontentamentos, suas raias, e pesquisas que objetiva(va)m “revisar” saberes que reserva(ra)m a tais vidas o lugar da anormalidade, do não-humano, do doente, do monstro, produzindo novos outros saberes, em condição de letramentos epistemológicos queer/cu-ir, preocupados com a construção de um *futuro queer/cu-ir melhor*, fazendo problematizar o próprio pensamento. O percurso traçado se iniciou com McBeth (2019) e suas reflexões sobre o contexto americano e chegou a Preciado (York, 2021), em seu confrontamento à Escola de Psicanalistas da França. Perpassamos também

anterior, em ACE-4, a cismnorma, com Stona e Carrión (2021), com a obra *O cis no divã*, especificamente o capítulo 2, *Cisnatividades*, bem como o seu comentário, por Beatriz Pagliarini Bagagli, colocando em pauta reflexões no contexto brasileiro.

16 Tais estudos só se realizaram no segundo bloco de atividades, no referido componente curricular.

por algumas discussões realizadas em terras brasileiras. Todavia, a proposta não foi/é a de postular uma verdade sobre o queer/cu-ir, mas a de traçar leituras concebíveis em diálogos com a historiografia e contextos contemporâneos.

Estamos diante, possivelmente, de um outro contexto de formação universitária diferente daquele mencionado pela professora Luma Nogueira, no documentário “Transformar – Existindo na Educação”, em que não haveria formação para pensar sobre sujeitos e sujeitas que não se encaixam na cisnorma – aquela que considera que há uma normalidade em sujeitos que se reconhecem no gênero que é atribuído a partir da genitália (são císgêneros), invalidando, portanto, pessoas trans-gêneras. Noutra perspectiva, as discussões em *Linguística Queer* na graduação em Letras estão provocando algumas fissuras e rasuras nas certezas de normalidade, sustentadas por sociedades cissexistas, patriarciais e racistas. Tal como no contexto discutido por McBeth (2019), nas bandas de cá do alto sertão alagoano, estamos também visando proporcionar outros letamentos epistemológicos e linguístico-discursivos de perspectiva insurgente-queer/cu-ir, de revide.

Nesse sentido, essa linha didática de estudos esteve pautada na ideia de que o queer/cu-ir (termo e noção) e as problematizações decorrentes não caem automaticamente numa postura de colonização, de poder, quando pensado em terras brasileiras, ou em outros lugares diferentes de sua origem tão singular, tal como reflete Bretas (Encyclopédia, 2021). Logo, não rejeitamos o queer/cu-ir, por causa de sua (suposta) inevitável inconsistência, pois compreendemos que tem a oferecer, por sua potência insubmissa. Assim, pautamos essa tematização e tentamos abordá-la em suas interfaces com o lugar, o contexto histórico, o contexto escolar, o caráter geracional, o Estado-nação e suas instituições, as práticas de entretenimento, o mercado, a raça/etnia, o racismo, a misoginia, a relação público-privado, a religião e os feminismos, dentre outras interfaces, em seu caráter interseccional, de modo a problematizar sentidos e filiações.

Nesse sentido, nas problematizações apontadas, inseri ao longo do bloco de estudos reflexões tecno-midiáticas brasileiras, atuais ou não, de modo a localizar as discussões, a exemplo de i) um caso de uma criança do interior nordestino que foi xingada de “viado” por causa dos seus usos de marcadores linguístico-gramaticais de plural na concordância nominal, ii) um debate sobre linguagem neutra na cena política brasileira, iii) um caso de discurso homofóbico na TV, iv) um caso de transfobia na política partidária brasileira, vi) cenas da política partidária brasileira e a perspectiva assimilacionista, vii) uma reportagem jornalística

sobre ser menina numa capital brasileira em época digital, viii) casos de nomeações de si como queer em contexto brasileiro, ix) usos da palavra queer na mídia brasileira, x) reflexões sobre o pensamento colonial e os binarismos e xi) a noção de “mulheres maridos”, na África. Assim como Louro (2004a; 2004b; Sesc, 2015), o interesse que sustentou a oferta das reflexões foi o de também trazer para a cena de estudos queer/cu-ir o papel da linguagem, dos discursos, na constituição dos sujeitos, de modo a problematizar as relações de poder: a *Linguística Queer* atuando na produção de outras chaves de leitura.

Por fim, é nítido que a reflexão sobre queer/cu-ir continua me afetando e me inspirando, como um homem gay, com 50 anos de idade, em relação homoafetiva, sem religião, pardo e como docente “fora do armário” (Sael, 2019), vivendo no alto sertão sertão (nordestino), e continua a inspirar a oferta da disciplina *Linguística Queer*, ministrada por mim no curso de Letras (UFAL-Campus do sertão), com o objetivo de que o potencial queer/cu-ir contribua com a formação docente de Língua Portuguesa em terras nordestinas, brasileiras, em diálogo de caráter sócio-histórico, cultural, político, ideológico e epistemológico com saberes insurgentes. Este texto e as aulas do componente curricular já falado estão para um exercício – em processo – de territorializar, desterritorializar e reterritorializar o queer/cu-ir, tal como problematizado na discussão de Silva (2023), visando tornar nômades tais sentidos e saberes, nas leituras, nas traduções (e traições), nas aproximações, nos distanciamentos, nas recusas, nos aceites.

Referências

- ALBUQUERQUE JR., D. M. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, C. J. S., SANTIAGO, I. M. F. L. e NUNES, M. L. S. (Orgs.). **Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010, p. 21-31.
- BENTO, B. **Transviad@s – gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BORBA, R. Linguística Queer: algumas desorientações. In: BORBA, R. (Org.). **Discursos transvia-dos**: por uma Linguística Queer. São Paulo: Cortez, 2020, p. 09-43.
- BUTLER, J. Acerca del término “queer”. In: BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 313-339.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Temas transversais**. MEC/SEF. Brasília, 1998.
- COLLING, L. O que perdemos com os preconceitos? **Cult** (Dossiê Ditadura Heteronormativa). São Paulo, n. 202, ano 18, p. 22-25, jun./2015.

ENCICLOPÉDIA Mulheres Na Filosofia. **Enciclopédia Mulheres na Filosofia entrevista: Aléxia Bretas sobre Teoria queer.** Enciclopédia Mulheres na Filosofia, 2021. 1 vídeo (1h 2min, 59 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mxAh0G7TeTk&t=2862s>. Acesso em: 18 dez. 2023.

FINEGAN, E. Preface. In: LÍVIA, A. L.; HALL, K. (Orgs.). **Queerly Phrased – language, gender, and sexuality.** New York: Oxford University Press, 1997, p. v-vi.

HALBERSTAM, J. Introdução: Baixa Teoria. In: HALBERSTAM, J. **A arte queer do fracasso.** Recife: Cepe, 2020, p. 19-51.

LEWIS, E. S.; BORBA, R.; FABRÍCIO, B. F.; PINTO, D. S. (Orgs.). Introdução: Cu-irizando desde o Sul. In: LEWIS, E. S.; BORBA, R.; FABRÍCIO, B. F.; PINTO, D. S. (Orgs.). **Queering Paradigms IVa – Insurgências queer ao Sul do Equador.** Bern, Peter Lang Ltd, International Academic Publishers, 2017, p. 1-12.

LOURO, G. L. Viajantes pós-modernos. In: LOURO, G. L. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004a, p.11-25.

LOURO, G. L. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer. **Estudos Feministas.** São Paulo. n. 6, ago.-dez., 2004b. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys6/libre/guaciraa.htm>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

LUCCHESI, F. Este livro pulsa e pode explodir. In: BAROQUE, F.; EANELLI, T. **Bash Back! ultraviolência queer – antologia de ensaios.** São Paulo: crocodilo, 2020, p. 12-21.

MCBETH, M. Teacher Teacher – Queer Literacies in K-16. In: MCBETH, M. **Queer literacies – discourses and discontents.** London: The Rowman & Littlefield Publishing Group, Inc., 2019, p. 91-129.

ROEHRHS, D. Eduardo Leite não faz parte da comunidade LGBTQIA+. **Brasil de Fato.** Porto Alegre, 17 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/17/artigo-eduardo-leite-nao-faz-parte-da-comunidade-lgbtqia/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ROMERO, R. Manifesto Queer Nation. **Caderno de Leituras**, Belo Horizonte, n. 53, p. 3-13, 2016. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2016/11/SI_cad53_ManifestoQueer-Nation.pdf. Acesso em: 10 de mar. 2024.

SAEL, M. The coming out imperative: self-revelation as pedagogy. In: SAEL M. **The interruption of heteronormativity in higher education – critical queer pedagogies.** Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019, p. 197-215.

SANTOS FILHO, I. I. "Linguística Queer" como componente curricular: estranhando a relação língua(gem), gênero e sex(o)ualidade. In: SANTANA, W. K. F. e SILVEIRA, É. L. (Orgs.). **Educação: entre poderes, saberes e resistências.** Vol. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020a, p. 435-459.

SANTOS FILHO, I. I. Da emergência de uma Linguística Queer. In: SANTOS FILHO, I. I. **Linguística Queer.** Recife: Pipa Comunicação, 2020b, p. 110-157.

SESC São Paulo. **I Seminário Queer; Educação e Saúde** ["O que o queer faz no campo da educação?"]. São Paulo: SESC SÃO PAULO, 2015. 1 vídeo. (1h 47min, 07 seg.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-DfrkB6etXA&list=PL0a5GJ0VyQFDTpeweL1V6L9U4m_IQIfiL&index=6. Acesso em 28 mai. 2024.

SESC São Paulo: **O que é o queer? com Richard Miskolci.** São Paulo: SESC SÃO PAULO, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ar19rH0H6IM>. Acesso em 28 de mai. 2024.

SIERRA, J. C. A queerização da vida. **IHU OnLine** – Revista do Instituto Humanitas Unisinos, nº 463, Ano XV, p. 35-39, 2015. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5879-jamil-cabral-sierra>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

SILVA, M. M. V. Traduzindo a travessia: Judith Butler des-re-territorializada e o queer como saber nômade. In: CARVALHO, M. F.; PAIVA, A. L. S. (Orgs.). **Teoria queer e contextos sociais de aprendizagem**. São Paulo – SP: Pimenta Cultural, 2023, p. 296-314.

STONA, J.; CARRION, F. (Orgs.). **O cis no divã**. Salvador: Devires, 2021.

TIBURI, M. **Feminismo em comum – para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VEJA. A peste e a culpa. **Veja**, São Paulo, p. 68-69, 14 de agosto de 1985a.

VEJA. Um nós nos costumes. **Veja**, São Paulo, p. 64-67, 14 de agosto de 1985b.

WALSH, C. Stonewall then and now. **The Harvard Gazette**, 27 de junho de 2019. Disponível em: <https://news.harvard.edu/gazette/story/2019/06/harvard-scholars-reflect-on-the-history-and-legacy-of-the-stonewall-riots/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

YORK, S. W. Eu sou o monstro que vos fala, de Paul B. Preciado. **Cadernos PET-Filosofia**, v.22, n.1, 2021, p. 278-331. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/petfilo.v22i1.88248>. Acesso em: 02 maio 2025.

Sobre o autor

Ismar Inácio dos Santos Filho - Doutor em Letras-Linguística. Docente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL-Campus do Sertão/ PPGLL-FALE). Delmiro Gouveia/AL, Brasil. E-mail: ismarinacio@yahoo.com.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5495753889796333>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5158-5449>.